



O PARQUE ZOOBOTANICO ARRUDA CÂMARA E A ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA DO CIDADÃO-TURISTA

Bruna Rafaela Guerra de Andrade

Marcel Silva Luz

Maria Adelize da Silva Luz

RESUMO

Este trabalho teve o fito de esquadrihar o propósito e aproveitamento do parque Zoobotânico Arruda Câmara, uma vez que em razão de sua existência enquanto área de preservação localizada no centro de um espaço urbano, tem a possibilidade e talvez o dever de fomentar uma cultura de alfabetização ecológica nos habitantes da cidade, pois a coexistência de um meio ambiente preservado numa área urbana torna todos os moradores daquele local potenciais turistas, e, enquanto cidadãos-turistas não podem prescindir de uma educação ambiental para que possam manter e conservar aquela área preservada. Reconhecendo o papel do Parque Zoobotânico enquanto espaço para educação ambiental, este trabalho busca averiguar a possível subutilização do mesmo para tal fim, caracterizar a área de estudo e elencar as ações desenvolvidas, para tanto, foi feito um estudo que utilizou de métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa *in loco* e análise de dados obtidos através de entrevistas com a diretoria do parque.

Palavras chave: Espaço urbano; alfabetização ecológica; Cidadão-Turista.

ABSTRACT

This work had the purpose of scanning the intention and use of the Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Arruda Camara Zoological-Botanical Park), since due to its existence as a conservation area located in the center of an urban area, it has the possibility - perhaps the duty - to promote an ecological literacy culture, because the coexistence of a preserved environment in an urban space makes all the inhabitants of that place potential tourists, and as citizen-tourists, it is important to be educated on environmental awareness in order to keep and maintain the area preserved. Recognizing the role of the Zoo-Botanical Park as an area for environmental education, this study seeks to determine the possible under-utilization of the space for this motive, to characterize the study area and list the actions taken to that end, this study was made with bibliographic research methods, on-site research and data analysis obtained through interviews with the management of the park.

Keywords: Urban space; Ecoliteracy; Citizen-tourist.

1 INTRODUÇÃO

Em decorrência da necessidade em se catalogar e uniformizar as informações pertinentes à atual utilização do Parque Zoobotânico Arruda Câmara, comumente conhecido como “Bica”, e sua participação na educação ambiental do município, fez-se patente a imprescindibilidade deste trabalho de conclusão de curso. Este teve o fito de esquadrihar o propósito e aproveitamento do parque em comento uma vez que em razão de sua existência enquanto jardim zoobotânico centralizado num espaço urbano, tem a possibilidade e talvez o dever de fomentar uma cultura de alfabetização ecológica nos habitantes da cidade, pois a coexistência de um meio ambiente preservado numa área urbana torna todos os moradores daquele local potenciais turistas, e, enquanto cidadãos-turistas, não podem prescindir de uma educação ambiental para que possam manter e conservar aquela área preservada. Reconhecendo o poder-dever do Parque Zoobotânico em sede de espaço para educação ambiental, este trabalho busca averiguar a possível subutilização do mesmo para tal fim, caracterizar a área de estudo, elencar as ações desenvolvidas e oferecer um retrato analítico do visitante, para tanto, foi feito um estudo que utilizou de métodos de pesquisa bibliográfica, pesquisa *in loco* e análise de dados obtidos através de entrevistas com a diretoria do parque.

O Parque Zoobotânico Arruda Câmara é um jardim zoobotânico, proveniente de vegetação resquício de Mata Atlântica, localizado no norte do município de João Pessoa – PB, entre as coordenadas 292670 mE e 293330 mE e entre as coordenadas 9213107 mN e 9214100 mN (DA SILVA, 2013), no bairro do Roger, tendo uma área de aproximadamente 26 hectares. Em razão de sua localização central no município, distando apenas um quilômetro do Parque Solón de Lucena e de artérias centrais da cidade, o parque tem uma acessibilidade privilegiada e dispõe de uma política institucional que promove diversas atividades aos públicos de diferentes faixas etárias, escolaridades e classe social.

Faz-se necessária a conceituação do que seria um parque ou um jardim zoobotânico. Em termos simples, um zoológico – assim como um jardim botânico - conceito no qual o parque objeto deste estudo é comumente enquadrado, é uma localidade onde se promove a exposição de fauna e flora, isto é, animais e plantas, dentro de um ecossistema simulado, habitats suficientemente adequados, mesmo diante de sua artificialidade, onde essas plantas e animais figurariam em condições ideais e adequadas às suas particularidades e representariam reinos individuais.

No entanto, atualmente essa definição do parque enquanto vitrine demonstrativa de ecossistemas fracionados tem sido deixada de lado em prol de uma visão mais integralista, onde a



biodiversidade é celebrada e não tem seus componentes isolados. Busca-se demonstrar as inter-relações e interdependências da fauna e flora, da forma como coexistem. Deixa-se de lado a utilização meramente estética das plantas junto aos animais, como um plano de fundo, e demonstra-se como esses dois grupos existem em relação simbiótica. É nesse conceito aplicado do que se chama “bioparque” que se enquadra o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, uma vez que este busca aproximar o usuário ou visitante a uma pluralidade de formas de sobrevivência, coexistência, pontos de vista e métodos sensoriais das diversas formas de vida apresentadas em conjunto. E apresentando a visita como uma forma imersiva que permite não só um exercício óptico para o visitante enquanto expectador, mas também um exercício auditivo e tátil uma vez que se é possível perfilar um meio ambiente simulado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Verifica-se que um dos projetos que protagonizam a agenda cultural do Parque Zoobotânico Arruda Câmara é a continuada busca por uma alfabetização ecológica, conforme assevera Capra (2006), isto é, o disseminar de uma cultura de entendimento ambiental a nível comportamental, possibilitando aos visitantes o aprendizado acerca de como portar-se em benefício do meio ambiente visitado, ou, ao menos, como portar-se de forma a impedir que causem, eles mesmos, danos à localidade em razão da reprodução de seu comportamento urbano.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma mudança nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em seu conjunto, além da transformação do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. A sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível foram considerados como processos fundamentais para orientar e instrumentar as políticas ambientais.

(...)

O ambiente, como condição da sustentabilidade, deve assimilar-se a diversos paradigmas teóricos para internalizar os custos ecológicos do crescimento econômico, a eficiência energética dos processos produtivos, a racionalidade ecológica das sociedades tradicionais e os valores conservacionistas do comportamento humano. O saber ambiental problematiza assim o conhecimento para refuncionalizar os processos econômicos e tecnológicos, ajustando-os aos objetivos do equilíbrio ecológico, à justiça social e à diversidade cultural.

Porém, o saber ambiental se inscreve num processo de construção de uma nova racionalidade produtiva e de novos processos civilizatórios. Neste sentido, o saber ambiental surge como um processo de revalorização das identidades culturais, das



práticas tradicionais e dos processos produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas; oferece novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade; abre um diálogo entre o conhecimento e saber no encontro do tradicional com o moderno. (LEFF, 2001, p. 222)

Como se depreende da leitura acima, o processo de educação ambiental pode ser visto também como uma forma de ressignificação comportamental, pois o comportamento é a exteriorização das aceções culturais, axiológicas e relativas a tradição de um indivíduo.

A educação ambiental fornece os subsídios para que possa existir no indivíduo em questão a desconstrução de uma realidade que não pode ser aplicada àquele cenário específico, qual seja, a área de natureza. Visto que o visitante de uma área de preservação, ou equivalente, interage com aquele ambiente segundo o seu comportamento hodierno, deve-se buscar fazer um teste de realidade que permita àquela pessoa a compreensão de que um comportamento “urbano” não só é inapropriado como também potencialmente prejudicial ao ambiente preservado. Deve-se demonstrar que a projeção de uma atitude urbana não é factível com a perspectiva de preservação. Mas não tão somente isso, conforme continua Leff (2004):

O saber ambiental vai além da ambientalização do conhecimento existente – a internalização de uma “dimensão” ambiental – que viria completar a epopeia da racionalidade científica por alcançar um conhecimento objetivo e unitário da realidade. O saber ambiental transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social. O saber ambiental está comprometido com a utopia, através de novas formas de posicionamento dos sujeitos da história face ao conhecimento. Trata-se de um saber que não só articula as ciências existentes, mas que forja novas ideologias e teorias que geram novas solidariedades e sentidos, que mobilizam ações sociais orientadas pelos princípios de racionalidade ambiental. Esta racionalidade não só gera novos conhecimentos, mas produz um diálogo de saberes onde se forjam novas formas de organização social e apropriação subjetiva da realidade através das estratégias de poder no saber e pelo conhecimento.

O saber ambiental constitui novas identidades e interesses, onde surgem os atores sociais que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental. Neste sentido, o saber ambiental se produz numa relação entre teoria e práxis. O conhecer não se fecha em sua relação objetiva com o mundo, mas se abre à criação de sentidos civilizatórios. A qualidade de vida, como finalidade última da realização do ser humano, implica um *savoir vivre*, no qual os valores e sentidos da existência definem as necessidades vitais, as preferências culturais e a qualidade de vida do povo. (LEFF, 2001, p. 235)

Conforme a teoria pedagógica verbaliza, existem graus educacionais e não absolutos educados e não educados. A educação em si é uma atitude de viés sociológico, e enquanto fruto desse estudo da sociedade, reflete momentos históricos e culturais das civilizações nas quais se discute a educação.



“Fritjof Capra diz que com o tempo nos desconectamos de nossa essência e perdemos a noção de interdependência, pela qual todos os membros estão interligados em uma vasta rede de relações – a teia da vida.” (ROCHA LOURES *apud* CAPRA, 2008, p. 53)

Sendo assim, enquanto fruto social e reflexo histórico-cultural, a educação, assim como outros pilares da civilização, é mutante. É dinâmica e se modifica com o passar do tempo, com a progressão de sua civilização, progressão essa que se dá em razão de valores que se alteram, modificação esta que se dá em decorrência da detecção da necessidade de uma alteração comportamental a nível de sociedade.

(...) a problemática socioambiental emerge como uma crise de civilização. Na eminência da inviabilidade da existência humana sobre a Terra unem-se os povos em busca de reverter o caos e reconquistar o direito à vida. Nesta tentativa, todos são convocados a propor soluções e alternativas. (ROCHA LOURES, 2008, p. 53)

De forma que é inegável a maior preocupação com o meio ambiente, e a interação do ser humano com o mesmo, conforme será abordado mais a frente, a educação também assimila as necessidades abordadas por políticas públicas de desenvolvimento, e desta feita, tem-se um projeto educacional voltado para a sustentabilidade, a educação ambiental.

Muitos teóricos da pedagogia, psicologia e ciências sociais corroboram com as formulações que se adaptam a propostas de educação com foco na construção de um novo modelo civilizatório, respaldado nos princípios da complexidade e da sustentabilidade.

(...)

A proposta do filósofo John Dewey contempla a “educação pela ação”, segundo o pedagogo americano, o conhecimento é uma atividade dirigida que não tem um fim em si mesmo, mas sim, na experiência. O teórico critica severamente a educação tradicional, principalmente no tocante à ênfase ao intelectualismo e à memorização. Também caracterizada como Escola Progressista, a educação proposta por Dewey baseia-se no conceito de experiência como fator central de seus pressupostos e tem como finalidade propiciar à criança condições para que resolva por si própria os seus problemas. O educador deve descobrir e apoiar-se nos verdadeiros interesses dos alunos para proporcionar um ensino que viabilize um valor educativo verdadeiro. Assim, o esforço e a disciplina da criança surgirão naturalmente, pois são fruto do interesse existente pela experiência proporcionada. (ROCHA LOURES, 2008, p. 65)

No objeto deste estudo, o Parque Zoológico Arruda Câmara, existe a aplicação e o fomento à visita responsável às suas dependências, de forma que os visitantes entendam como interagir com a fauna e flora e se portar de maneira correspondente aos princípios da sustentabilidade e responsabilidade ecológica, devidamente exemplificados no incentivo a dar



destino adequado ao lixo produzido na visitação, na demonstração de como comportar-se adequadamente com os animais de forma a deixá-los confortáveis em seu habitat e respeitando seu espaço, e na busca por conscientizar os visitantes aos princípios do desenvolvimento sustentável através de projetos educacionais, os quais serão abordados em momento oportuno neste trabalho de forma a também suscitar o questionamento acerca da possibilidade de estarem sendo efetuados de forma suficiente e eficiente.

Vivemos uma nova etapa civilizatória proporcionada pela modernidade, pela revolução científica e pelo processo de globalização, sendo o conhecimento o personagem principal. Segundo Leff (2000), nunca antes se havia construído e transformado o mundo com tanta intensidade tendo como base o conhecimento. Por outro lado, nunca antes vivemos tamanha exploração de recursos e desgaste de ecossistemas. A ciência e a tecnologia são, sim, a maior força produtiva da humanidade, que atualmente tem sido administrada com dificuldades pois pode ser usada de forma altamente positiva ou negativa. Esta civilização do conhecimento é também a sociedade do desconhecimento e da alienação generalizada na medida em que nunca antes tivemos tantos seres que desconhecem tanto, que estão tão excluídos dos processos decisórios e que se encontram tão perdidos a respeito da própria condução de suas vidas. ((ROCHA LOURES, 2008, p. 83)

2.1.1 Turismo e Educação Ambiental

Estabelece-se o saber ambiental como matéria inescapável à educação de forma ampla, diante de seu afixamento junto às matérias preponderantes a serem abordadas na educação pela sociedade e pelas políticas públicas de desenvolvimento, e que a Educação Ambiental deve ser aplicada não só enquanto experiência pedagógica no seio acadêmico, mas também enquanto objeto lúdico na atividade turística, como se é feito de forma informal no Parque Zoobotânico Arruda Câmara, se fazendo presente no seu rol de atividades ao existir a tentativa de tornar o visitante sensível à problemática ambiental e introjetar um modelo de comportamento sustentável e a defesa do meio ambiente.

A educação para o turismo ambiental deverá ser desenvolvida por um meio de programas não-formais, chamando o “cidadão-turista” a uma participação consciente na proteção do meio ambiente não apenas durante suas férias, mas também no cotidiano, no local de residência permanente. (RUSCHMANN, 1999, p. 75)



Nesse momento é imprescindível a esse estudo que se faça um *link* entre a educação ambiental e o grupo científico de estudo deste curso que tem inegável comprometimento com a conservação ambiental, biodiversidade e sustentabilidade, o Turismo.

Uma vez que uma das principais ramificações do Turismo é o de natureza, no qual o indivíduo busca o escape do seu cotidiano urbano e poluído, e procede em conhecer e estabelecer contato com a natureza preservada, verifica-se que a atividade turística apenas se aperfeiçoa se o usuário é educado no sentido de ele mesmo efetuar a manutenção e preservação do ambiente visitado.

O patrimônio ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento turístico. Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas o alteram de forma irreversível. Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de certas regiões, cuidado para que ele não seja consumido inutilmente.

Sua preservação depende de uma política turística eficaz que deve considerar, entre outros fatores, a condução racional da ocupação territorial pelas instalações turísticas e pelos equipamentos de lazer e o controle do seu crescimento desmesurado, visando salvaguardar os recursos para os mercados de futuro. É preciso demonstrar que um desenvolvimento turístico bem conduzido não é fatalmente traumatizante para o meio ambiente. A dificuldade reside em demonstrar essa afirmação diante da constatação de que, apesar de o turismo necessitar de um meio sadio e dos esforços das associações protetoras da natureza e do meio ambiente, as agressões provocadas pelos equipamentos turísticos e pela visitação que estimulam criam graves problemas ao meio ambiente e às paisagens.

(...)

Uma boa gestão territorial envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. (RUSCHMANN, 1999, p. 79)

O desenvolvimento socioeconômico não exclui a sustentabilidade e nem esse exclui aquele, são conceitos que podem e devem ser tratados de forma una e indivisível.

2.2 URBANIZAÇÃO E PARQUES URBANOS, SIMBIÓSE OU INCOMPATIBILIDADE?

Em sede conceitual o termo “Urbanização” prescinde de fontes acadêmicas estabelecidas, tão pouco necessita de consulta com doutrinadores conhecidos ou que se compulse tomos



renomados. Urbanização pode ser compreendida como um processo de modernização ou meramente a aglomeração estrutural urbana, caso filosoficamente se discorde da urbanização como uma forma de se modernizar.

Nesse cenário geográfico o Parque Zoobotânico Arruda Câmara encontra-se perto do “coração” da cidade, aproximadamente no seu local de nascimento, distando apenas um quilômetro do Parque Sólon de Lucena.

De maneira que pesa o seguinte questionamento: como se dá a coexistência entre uma área de preservação ambiental e o aglomerado urbano?

O turismo usa e apropria-se da natureza ou ambientes naturais e de ambientes produzidos como cidades, vilas, comunidades, gerando impactos, que podem ser discutidos como uma questão de (in)sustentabilidade social e ambiental. Esta (in)sustentabilidade é produzida pela contradição capitalista, que no turismo toma forma de impactos sócio-ambientais, desequilíbrios sócio-espaciais, especulação imobiliária, ocupação de áreas vulneráveis, descaracterizações ambientais e paisagísticas, atividades com ciclos de vida muito curtos, dentre outras. Mas, apesar disso não se pode negar o importante significado espacial, social e econômico que o turismo provoca nas sociedades modernas.

Turismo e meio ambiente são realidades inseparáveis. Pode-se dizer que o turismo é uma abstração, que se torna concreta quando os viajantes entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos. É frequente a crítica sobre o turismo como causa de degradação do meio ambiente. Contudo, é possível elaborar outra crítica que responsabilize os produtores e consumidores desta atividade pela proteção e conservação dos ambientes, afinal, o turismo se apoia na conservação dos recursos naturais. Há que se admitir que o turismo é uma atividade contraditória, como toda produção capitalista, além de ser vinculado a determinadas ideologias de consumo e de diferentes modos de gozar a vida. (CORIOLANO, 2007, p. 19)

Quando abordado o conceito do Parque Zoobotânico Arruda Câmara na introdução deste trabalho, foi delineado que se trata de um meio ambiente simulado, animais vivendo em conjunto em habitats análogos ao seu ecossistema natural, demonstrando uma relação simbiótica entre aqueles e as plantas que compõem tal habitat, para proporcionar uma experiência imersiva e apresentar um ensaio realista de como se rege aquele ecossistema *in natura*, e na impraticabilidade disso, diante da impossibilidade de coexistência entre animais e plantas que em seu estado de natureza sejam totalmente alienígenas uns aos outros, ou que figurem em linha vertical na cadeia alimentar, o parque os apresenta em habitats fracionados e individuais.

Revisitado o conceito do parque vislumbramos uma área de preservação ambiental na qual figuram animais e plantas em *display*, de forma que é necessário todo um cuidado para a manutenção desses seres vivos, um cuidado que deve partir não só da administração do parque, mas também do



público visitante, pesando mencionar que a vegetação do parque é remanescente de Mata Atlântica, o que por si só embasaria a necessidade de zelo.

Em relação à Natureza o que o turista pode exigir? Uma bela paisagem? Até onde sua capacidade de percepção pode ir?

(...)

Para ter uma relação mais intensa com um lugar é preciso vivenciá-lo. É preciso ter outra relação com o tempo. É preciso que o turismo possibilite alguma relação mais direta, em que a vivência represente uma relação de troca, de aprendizado e de respeito. Muitas vezes, a melhora da qualidade da percepção requer conhecer melhor as características ambientais locais. O turismo pode possibilitar isso. Só a vivência pode levar ao afeto, que finalmente levará ao respeito e à solidariedade com as populações atuais e futuras.

(...)

Alguns ambientes naturais, entretanto, têm sido enormemente valorizados pela atividade turística, e proporcionam, de alguma forma, um contato mais direto com certos elementos naturais. (LEMOS, 1999, p. 21)

Porém, como um ambiente tão delicado, tão passível de desestruturação pode sobreviver no seio de um aglomerado urbano? Ao que pese não tão somente a concentração imobiliária residencial, mas também comercial e industrial; as formas de poluição emitidas, sejam elas resíduos ou desdouro sonoro que podem vir a perturbar a fauna e flora do ambiente; além da prejudicialidade do comportamento urbano do morador da cidade, que por falta de adaptação ao meio ambiente natural, pode vir a apresentar condutas que venham a lesar aquela área preservada, seja por uma questão de falta de conhecimento no trato com animais silvestres ou por falta de conhecimento com relação a ter uma existência ecologicamente sustentável.

A paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implantação de edificações é uma delas. Além de alterar a paisagem de modo negativo, tendem a privatizá-la, tornando-as, muitas vezes, inacessíveis aos transeuntes geral. Em outros casos, a construção de edificações, e também estradas, pontes, etc., dão origem a processos erosivos de difícil contenção, tornando a degradação do solo e sua exposição às intempéries cada vez maior. (LEMOS, 1999, p. 21)

Existem várias concepções de mundo e da relação homem e natureza. Na teoria evolucionista, aquela mais difundida no mundo, a natureza é anterior ao homem, ou seja, foi quem lhe deu existência. O homem se diferencia dos demais seres vivos por sua capacidade teleológica de pensar e agir, de mudar e interferir na natureza. Mas, embora o homem sinta-se superior, ele apenas a complementa e a qualifica (...). O projeto de modernidade fez o homem perder a sua conexão com a natureza, levando-o a um vazio de consciência, que não o deixa mais perceber-se como parcela integrante deste todo. (CORIOLANO, 2007, p. 20)



Foi mencionado no corpo de texto acima a relação de simbiose, a qual pode ser caracterizada como sendo “uma interação ecológica interespecífica, ou seja, entre organismos de diferentes espécies, ocorrendo de forma obrigatória e harmoniosa, permitindo vantagens recíprocas para as espécies envolvidas.” (RIBEIRO, 2016).

Nesse diapasão pode-se estabelecer a relação entre um meio ambiente preservado e um aglomerado urbano como uma relação simbiótica. Cabendo compreendê-los através de um exercício de analogia como “organismos” na cadeia geográfica de uma localidade, e como sendo “organismos de diferentes espécies”, pois diferem em suas essências. No entanto, tal discordância essencial não acarreta em impossibilidade existencial de ambos, pois há uma possibilidade que permite vantagens recíprocas para eles, no sentido de que a existência de um parque zoológico no centro de uma cidade é um privilégio turístico e educacional. Pois permite àquele morador da cidade o escape do ambiente urbano independente de um traslado excessivo, o habitante tem a oportunidade de presenciar o espetáculo da natureza por meio de um ecossistema simulado e ter uma experiência de Turismo de Natureza após um deslocamento de poucos minutos e com um custo mínimo relativo apenas à taxa de entrada da bilheteria.

A queda da qualidade de vida nas grandes cidades, provocada pela superpopulação, pela poluição sonora, visual, do ar e das águas, pelos congestionamentos e pela violência, além das pressões e da rotina do trabalho e do cotidiano, estressam os cidadãos de tal forma que, nas férias e nos feriados, buscam o descanso, o contato com o verde e a natureza, longe das megalópoles.

(...)

Como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com seus ecossistemas, constituídos de comunidades as quais são integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal.

Acrescentam-se a essa definição todos os tipos de construções feitas pela mão do homem – as cidades, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos – e, ainda os padrões de comportamento das populações – o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades.

A intensidade da presença de cada um desses componentes em um núcleo turístico determina a sua atratividade como destinação e, desta, a quantidade de turistas que a visitam – de acordo com as facilidades e os acessos oferecidos. (RUSCHMANN, 2002, p. 139)

Contudo, ao se falar em simbiotes deve-se inequivocamente existir ganhos mútuos, e quando se cita o “privilégio educacional” acima, este trabalho inclina no sentido de dizer que a experiência educativa proporcionada pelo Parque tem uma natureza ternária, de forma que é algo positivo para ambos “organismos”, há uma relação de “ganha e ganha” entre o Parque e o ambiente urbano. Pois o Parque precisa, para seu progresso e manutenção, de arrecadação proveniente de



visitações e de repasses de verba pública por parte do município e incentivos econômicos que são relativos à sua importância tanto no panorama municipal, quanto no estadual e nacional; há um interesse em que haja maior visita, no entanto, essa visita pode acarretar danos ao próprio parque, uma vez que um visitante de má fé ou desinformado em razão de seu analfabetismo ecológico (CAPRA, 2006) pode ter uma conduta imprópria e prejudicial, de forma a causar perturbações para a fauna e flora existentes.

Essa necessidade torna-se cada vez mais acentuada, e o número cada vez maior de pessoas que viajam em “busca do verde” faz com que, ironicamente, passem a agredir e deteriorar ambientes alheios. Por isso, percebe-se uma crescente preocupação com o futuro da qualidade dos recursos naturais, por parte de ambientalistas, profissionais do turismo e, principalmente, pelas comunidades receptoras. (RUSCHMANN, 2002, p. 140)

Desta forma, é necessário ao Parque educar seu visitante para que este crie uma consciência ecológica e dotado do saber ambiental, não cause mais malefícios do que benefícios em sua visita. Ademais a educação ambiental proporcionada pelo Parque entra no rol de benefícios e vantagens oferecidas por este, onde além do escape, há para o visitante a oportunidade de se atualizar em um campo que se torna cada vez mais significativo e indispensável não só na Educação, mas na própria existência em coletividade, que é o do desenvolvimento sustentável, meio ambiente e biodiversidade. Conforme assevera Leff (2001):

Junto com a emergência do pensamento da complexidade dos métodos da interdisciplinaridade, surgiram uma filosofia de natureza e uma ética ambiental. Estas ecosofias vão desde a ecologia profunda e do biocentrismo que defende os direitos da vida perante a intervenção antropológica na natureza, até a ecologia social, que imprime valores ecológicos e democráticos à reorganização da sociedade a partir dos princípios de autonomia, convivência, solidariedade, integração e criatividade em harmonia com a natureza.

A consciência ambiental manifesta-se como uma angústia de separação de sua origem natural, como o pânico de ter entrado num mundo incerto, impenetrável, evasivo e perverso da ordem simbólica. Daí a emergência de uma nova antropologia que busca recuperar o paradigma perdido reintegrando o ser humano à mãe natureza. (LEFF, 2001, p. 241)

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Em entrevista realizada em 27 de outubro de 2015 com o diretor do parque Jair Azevedo foram auferidas informações acerca do Parque, as quais foram utilizadas para descrever a área de estudo em consonância com os dados catalogados em sede de pesquisa bibliográfica.



O Parque Zoobotânico Arruda Câmara representa uma área formada por vegetação reminescente de Mata Atlântica, constituindo um ecossistema florestal alcunhado de Floresta Estacional Semidecidual de Terras Baixas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2006).

Está localizado no norte do município de João Pessoa – PB, entre as coordenadas 292670 mE e 293330 mE e entre as coordenadas 9213107 mN e 9214100 mN (DA SILVA, 2013), no bairro do Roger, tendo uma área de aproximadamente 26 hectares.

Além do trabalho enquanto jardim zoobotânico, no Parque existe um núcleo do Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN), que faz um trabalho de pesquisa voltada para a parte ambiental.

Há cerca de 60 funcionários e 30 estagiários, dentre os quais 8 a 10 são remunerados e o restante é voluntário. As vagas para estágios geralmente duram 4 meses e sua disponibilidade depende do momento e da necessidade do parque; às áreas preferenciais são de biologia, medicina veterinária, mas não são restritas a essas, já tendo existido a necessidade e criação de vagas de estágio para as áreas de Direito, Engenharia, Mecânica, Turismo, dentre outras.

O Parque tem uma frequência mensal de cerca de 20 mil visitantes, o mesmo não dispõe de um controle acerca da pormenorização do perfil do visitante, pois inexistente tal documentação por parte da administração; restando esse tipo de levantamento a ser feito através de amostragem de frequência por meio de questionários realizados pelo *staff* de Educação Ambiental. No entanto, pode-se afirmar que a maior parte dos visitantes é composta por moradores de João Pessoa. E que aproximadamente 60% delas frequentam o parque apenas para observação dos animais, 30% para desenvolver uma atividade completa de contemplação da natureza, participação de eventos; e 10% vão em busca de desenvolver atividade acadêmica, isto é, frequentam o parque para fins de pesquisa científica.

A limpeza do Parque é realizada pelo plantel de funcionários da Autarquia Municipal Especial de Limpeza Urbana (EMLUR) e da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), que mandam os coletores de lixo para o parque. Uma parte desse material é destinado à coleta seletiva, da qual a revenda é realizada pelos próprios funcionários do Parque com o fito de financiarem sua confraternização de final de ano.

A segurança do Parque é realizada pela Guarda Municipal, que disponibilizou 20 homens para a preservação do mesmo. No entanto, há problemas com relação à segurança da área em razão de sua extensão territorial que impossibilita que um efetivo de 20 homens divididos em escalas de



10 operem de forma óptima; e de falhas estruturais que viabilizam o acesso impróprio ao Parque de pessoas que circunvençam a bilheteria.

3,1 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES

Conforme foi visto anteriormente o Saber Ambiental é componente inescapável ao cidadão-turista ideal, pois um turista enquanto “analfabeto ecológico” (CAPRA, 2006) é um risco, uma perturbação em potencial ao meio ambiente, potencial este que se aperfeiçoa no momento em que o indivíduo exterioriza comportamentos provenientes da vivência urbana e cidadina.

De acordo com os dados auferidos em entrevista com Jair Azevedo, diretor do Parque Zoobotânico Arruda Câmara, cerca de vinte mil pessoas visitam o mesmo no período de um mês. A educação ambiental seria o ponto de partida através da qual uma alfabetização ecológica poderia ser obtida, de forma que esses visitantes se tornem turistas adequados àquele ambiente, e que possam experimentar o exercício contemplativo e educacional da atividade turística sem trazer impactos ao Parque.

Entretanto, não só o turista terá de ser educado para proteger a natureza dos locais que visita; as ações de conscientização ambiental devem, indispensavelmente, voltar-se para o poder público que, como “dono” dos recursos naturais, é responsável pelas leis de zoneamento para uso e ocupação do solo, e muitas vezes atua permissivamente, e para o poder econômico, quase sempre interessado no lucro a curto prazo e a qualquer preço. A postura de empresários do setor com relação à proteção do meio ambiente constitui o primeiro estágio para a conscientização ambiental de seus clientes (RUSCHMANN, 1999)

Desta feita, o Parque realiza atividades no sentido de perpetrar uma educação ambiental para otimizar a sua atividade fim enquanto promotor de atividades de cunho cultural, ambiental e relativo a lazer, bem como para salvaguardar-se com relação a potenciais danos causados por visitantes.

De forma inicial há no Parque uma pluralidade de placas e sinalizações que incitam um comportamento sustentável e respeito à biodiversidade.

É organizado de forma anual, todo mês de janeiro – aproveitando o recesso do período letivo-, um curso de capacitação para estudantes da área, no intuito de formar futuros profissionais de zoológico, no entanto, no presente ano o mesmo curso não pôde ser concretizado em razão da realização do Congresso Nacional de Zoológicos que foi realizado em março.



Em sede de projetos ambientais na área de zoológico existe uma pluralidade de programas, tais como de reabilitação de animais, exemplificado pelo Centro de Reabilitação de Aves Silvestres (CERAS), programas de reprodução de animais; assim como projetos de *zooterapia* onde é feito um trabalho de interação ocupacional para pessoas com deficiências físicas, químicas ou mentais.

Na área de Educação Ambiental propriamente dita, o diretor do Parque verbaliza no sentido de que os resultados obtidos pelas políticas educacionais implementadas foram de grande sucesso, havendo a total desconstrução da realidade anterior do Parque, na qual existiam ocorrências de animais sendo mortos em virtude de maus tratos provenientes dos visitantes. De forma que houve uma drástica redução de casos de agressão aos animais, plantas ou depredação do patrimônio e ocorrendo, inclusive, uma mudança com relação ao perfil do visitante que agora frequenta o parque, sendo este mais consciente e dotado de um comportamento humanista condizente com a preservação ambiental.

4 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou de um método de estudo bibliográfico, pesquisa *in loco* e aplicação de entrevistas com a direção do Parque Zoobotânico Arruda Câmara.

Conforme assevera Prodanov e Freitas:

Pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador, em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar a confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências e contradições que as obras possam apresentar. (2007)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de pesquisa de campo, bibliográfica e entrevistas com dirigentes constatou-se que no objeto de estudo, o Parque Zoobotânico Arruda Câmara, há um valor explorado e um valor



muito maior existente apenas de forma potencial, que para ser alcançado e explorado de forma ótima deve receber melhor cuidado por parte do poder público de forma a possibilitar uma maior organização institucional e estrutural.

Em razão de sua localização central na cidade João Pessoa, o Parque figura em uma situação anômala, configurando-se como área de preservação no coração de um território urbano, de forma que sua acessibilidade é ímpar em comparação a outros parques e zoológicos. Impendendo salientar que o Parque exerce tanto atividade de zoológico, na qual tem seu trabalho reconhecido na sociedade de zoológicos no âmbito nacional; como atividade de jardim botânico; e parque municipal que promove lazer, cultura e educação.

Ao compulsar as informações catalogadas percebe-se que o Parque tem obtido sucesso na sua missão enquanto vetor de disseminação de Educação Ambiental, tanto por força de seu “poder-dever” enquanto área de preservação em ambiente urbano – o que torna todo habitante da cidade um potencial cidadão-turista– quanto por necessidade de alfabetização ecológica para fins de que as visitas não acarretem danos ao Parque.

No entanto, o sucesso trilhado pelo Parque é tolhido pelas impossibilidades práticas relativas a uma expansão de seus projetos, atualização de sua infraestrutura e requalificação de seu plantel de funcionários, uma vez que tais melhorias necessitam de um investimento financeiro que elude a possibilidade pecuniária de sua administração.

De forma que é necessária uma gestão integrada e compartilhada, na qual exista a união do setor público, das parcerias comerciais e dos visitantes, possibilitando assim a aplicação de um programa de aproveitamento que torne o Parque economicamente autossustentável e que possa caminhar no sentido de otimizar a sua atividade e atrair mais investimentos.

REFERÊNCIAS

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**. São Paulo: Cultrix, 2006, 312 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza-PE: EdUECE, 2007, 439 p.



DA SILVA, Eliane de Oliveira. **Contribuições aos estudos de fragilidade ambiental no Parque Zoobotânico Arruda Câmara, João Pessoa – PB**. João Pessoa – PB, 2013, 55 p.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001, 496 p.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **TURISMO: Impactos Socioambientais**. São Paulo: HUCITEC, 1999, 305 p.

PARAÍBA (Estado). Lei Complementar nº 029, de 29 de agosto de 2002. Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/03/codi_meio_ambi.pdf?479a4c>. Acesso em: 22 de março de 2016

PARAÍBA (Estado). Lei Ordinária nº 12.101, de 30 de julho de 2011. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2011/1211/12101/lei-ordinaria-n-12101-2011-institui-o-sistema-municipal-de-areas-protegidas-de-joao-pessoa-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 22 de março de 2016

PENA, Rodolfo F. Alves. "Urbanização"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao.htm>>. Acesso em 24 de março de 2016.

Portal da cidade de João Pessoa. Disponível em <<http://paraibanos.com/joaopessoa/historia.htm>> Acesso em 5 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Diagnóstico Ambiental do Parque Zoobotânico Arruda Câmara**. v.2. João Pessoa, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Flora do parque. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/zoobica/conheca-a-bica/flora-do-parque/>>. Acesso em 24 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Flora do parque. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/zoobica/conheca-a-bica/nossos-animais/>>. Acesso em 24 de abril de 2016.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Rio grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RIBEIRO, Krukemberghe Divino Kirk Da Fonseca. "Simbiose"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/biologia/simbiose.htm>>. Acesso em 24 de abril de 2016.

ROCHA LOURES, Rodrigo C. da, **Educar e Inovar na sustentabilidade**. Curitiba: UNINDUS, 2008, 193 p.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas – SP, Papirus 1999, 199 p.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. Barueri: Manole, 2002, 165 p.